

Secretaria de Estado da Cultura - SECULT

Conselho Estadual de Cultura - CEC



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
Secretaria da Cultura

Ata da 113ª Reunião Ordinária do Conselho Estadual de Cultura – CEC

001 Aos quatorze dias do mês de março de dois mil e dezenove, às quatorze horas,
002 realizou-se no auditório da Biblioteca Pública Estadual, à Avenida João Batista
003 Parra, 165, Praia do Suá, Vitória/ES, a centésima décima terceira Reunião
004 Ordinária do Conselho Estadual de Cultura do Estado do Espírito Santo, com as
005 presenças do Secretário de Estado da Cultura, Fabricio Noronha Fernandes,
006 Presidente do CEC; da Subsecretária de Políticas Culturais, Carolina Ruas
007 Palomares; do Subsecretário de Gestão Administrativa, Pedro Sobrino Porto
008 Virgolino e dos conselheiros: Roberto Rodrigues de Melo - Câmara de Artes
009 Cênicas; Tarcísio Santório - Câmara de Artes Musicais; Cristina Souza Bastos -
010 Câmara de Artes Visuais; Viviane Lima Pimentel e Igor da Silva Erler - Câmara de
011 Patrimônio Arquitetônico, Bens Móveis e Acervos; Sebastião Ribeiro Filho e Iberê
012 Sassi - Câmara de Patrimônio Ecológico, Natural e Paisagístico; Geová Alves da
013 Silva e Geovan João Alves da Silva - Câmara de Bens Imateriais; Hudson Braga -
014 Região Metropolitana da Grande Vitória; Henrique Luiz Custódio e Bárbara
015 Carolina Girelli da Silva - Região Centro-Norte; Dulciele Stein Suela - Região
016 Serrana; Luciana Marques de Abreu Júdice - PGE; e Giulianna Calmon Faria -
017 IEMA. Compareceram ainda: ex-conselheiros representantes da sociedade civil,
018 representantes da Associação de Moradores e Amigos do Centro de Santa Teresa
019 - AMACEST e servidores da SECULT, conforme lista de presença. Após a
020 verificação, havendo quorum, às quatorze horas e dezoito minutos, o Presidente
021 cumprimentou a todos e abriu os trabalhos com o primeiro ponto da pauta,
022 aprovação da Ata da 112ª reunião ordinária do CEC. A secretária executiva
023 certificou-se de que todos haviam recebido a Ata e feito a leitura. Informou que
024 haviam sido feitas as revisões, e que a Ata havia sido encaminhada novamente,
025 para conhecimento de todos. Não havendo manifestações contrárias, colocada em
026 votação, a Ata da 112ª reunião ordinária do Conselho Estadual de Cultura foi
027 aprovada por unanimidade, pelos conselheiros presentes. Passando ao item
028 seguinte da pauta, Processo nº 62749994, de Proposta de Tombamento do Sítio
029 Histórico de Santa Teresa. A arquiteta da Secult, Eliane Lordello fez um breve
030 relato sobre a história do Município de Santa Teresa e informou sobre o trabalho
031 realizado pelo grupo de trabalho que foi constituído para fazer o estudo de
032 delimitação da área a ser tombada e instrução do processo de tombamento.
033 Mostrou fotos, detalhando e explicando as quatro zonas de proteção que
034 compõem a Área de Proteção do Ambiente Cultural de Santa Teresa. A seguir, a
035 conselheira Viviane Pimentel fez a leitura e apresentação do Parecer da Câmara
036 de Patrimônio Arquitetônico, Bens Móveis e Acervos, com contextualização
037 histórica e urbanística do município e análise favorável ao tombamento do Sítio
038 Histórico de Santa Teresa. Informou que após a aprovação do tombamento pela
039 plenária do CEC, o Sítio Histórico terá um tombamento provisório, e que até
040 acontecer o tombamento definitivo, não poderá ser feita nenhuma obra ou
041 intervenção sem o conhecimento e a autorização da Secult e/ou do CEC. Os
042 representantes da AMACEST se manifestaram favoráveis à aprovação e fizeram
043 perguntas, que foram prontamente respondidas pela técnica Eliane e pela
044 conselheira Viviane. Depois de sanadas todas as dúvidas, a conselheira Viviane
045 esclareceu que a Lei de tombamento diz que é responsabilidade do proprietário
046 salvar o imóvel, mas que existem artifícios para dar apoio ao proprietário,
047 e exemplificou com os Editais de Cultura, que premiam projetos de proprietários
048 que queiram conservar seu imóvel tombado nos Sítios Históricos do Estado. Disse
049 também que os proprietários de imóveis tombados podem solicitar, junto a
050 Prefeitura de seu município, benefícios e programas que visem colaborar com a
051 preservação de seu imóvel que tem valor histórico. Inclusive com relação ao

Secretaria de Estado da Cultura - SECULT

Conselho Estadual de Cultura - CEC



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
Secretaria da Cultura

Ata da 113ª Reunião Ordinária do Conselho Estadual de Cultura – CEC

052 tráfego de cargas pesadas no Centro do município, próximo dos imóveis
053 tombados. O conselheiro Sebastião Ribeiro solicitou que o Presidente do CEC peça
054 oficialmente à Secretaria de Obras que inclua, na proposta de orçamento a ser
055 elaborada neste ano de 2019, para execução em 2020, rubrica específica com
056 previsão financeira para a construção de um desvio na estrada em frente ao
057 Casarão da Fazenda do Centro, em Castelo, tombado por meio da Resolução CEC
058 nº 05/84, para que caminhões com granito e outras cargas de muito peso não
059 trafeguem mais em frente ao referido bem, para evitar danos que o tráfego
060 desses veículos causam àquele Patrimônio Estadual. Colocado em votação, o
061 Parecer da Câmara de Patrimônio Arquitetônico, Bens Móveis e Acervos, favorável
062 ao tombamento do Sítio Histórico de Santa Teresa, foi aprovado por unanimidade
063 pelos conselheiros presentes. Houve uma salva de palmas. A conselheira Viviane
064 solicitou, ao Presidente, que a Prefeitura e o Ministério Público fossem oficiados
065 imediatamente. Os representantes da AMACEST agradeceram e se retiraram. A
066 seguir, o Presidente solicitou uma inversão de pauta, passando ao item
067 apresentação e discussão de medidas para o fortalecimento do Conselho. Disse
068 que esse assunto é um dos desafios dessa gestão, que foi uma missão dada pelo
069 Governador, e que por isso é necessário discutir e entender o que significa o
070 fortalecimento do CEC. Informou que para entender melhor as demandas
071 recorrentes ao longo dos anos, a equipe pesquisou nas atas de reuniões, e entre
072 outras, concluiu que uma das necessidades mais urgentes seria o aprimoramento
073 da representatividade e da participação social no CEC. Desta forma, sugeriu,
074 como ideias: a criação de um GT para fazer a revisão da Resolução que normatiza
075 as eleições, a aprovação das atas por email, mudanças no processo de eleição do
076 CEC e ajuda de custo para todos os membros. A seguir, a Subsecretária Carol
077 Ruas fez uma breve explanação de como funciona o Conselho de Cultura de
078 Recife, citado na reunião anterior pelo conselheiro Daniel Morelo, trazendo quatro
079 pontos chaves para serem discutidos: a realização de fóruns temáticos -
080 encontros por segmento para indicar candidatos; sufrágio universal - chamada
081 para cadastrar fazedores da cultura e votantes, ou seja, qualquer pessoa da
082 sociedade que seja da área da cultura; candidatura ampliada - delegados
083 indicados nos fóruns das diversas áreas da cultura; e debate público - no final, os
084 candidatos cadastrados apresentarão suas propostas. Poderão ser candidatos os
085 fazedores da cultura autodeclarados, com atuação comprovada por currículo.
086 Disse que a ideia é fazer uma discussão sobre esses pontos principais e abriu a
087 fala para a manifestação dos conselheiros. A conselheira Cristina Bastos
088 perguntou se as pessoas não sindicalizadas poderiam se candidatar, e o que seria
089 preciso. O Subsecretário Pedro Virgolino esclareceu que lá em Recife a pessoa
090 precisa fazer o cadastro cultural, não precisa ser sindicalizado, mas tem que ter
091 reconhecimento cultural, e disse que isso permite maior engajamento da classe
092 cultural. Cada fórum promove suas eleições, através de urnas eletrônicas. Disse
093 ainda que não será necessário mudar a Lei para alterar o processo eleitoral, e
094 que seria necessário mudar apenas o Decreto e a Resolução do CEC que
095 estabelece normas para as eleições. O conselheiro Tarcísio Santório disse que é a
096 favor da mudança, mas que está preocupado com o tempo, porque tem que criar
097 os fóruns e isso não acontece tão rápido. Pedro Virgolino disse que será
098 necessário criar um GT para trazer as possíveis soluções, ainda que depois
099 precisem ser aprimoradas, pois isso seria a solução para que o conselho tenha
100 maior representatividade da classe cultural. O conselheiro Iberê Sassi alertou que
101 o conselho é estadual e que, em tese, deveria ter representantes de todas as
102 regiões; que é composto pelo Governo e pela sociedade civil, que são

Secretaria de Estado da Cultura - SECULT

Conselho Estadual de Cultura - CEC



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
Secretaria da Cultura

Ata da 113ª Reunião Ordinária do Conselho Estadual de Cultura – CEC

103 empreendedores culturais, e perguntou como ficaria essa eleição. Acha que isso
104 tem que ir mais devagar, se for pensar em um conselho realmente representativo
105 da área cultural. A Subsecretária Carol Ruas esclareceu que o conselho já tem
106 representatividade das seis regiões e seis câmaras do Governo. Disse que a
107 proposta de Recife funciona apenas para as câmaras temáticas, pois para fazer
108 alterações nas outras câmaras, teria que alterar a Lei do CEC, e que isso seria
109 mais demorado. O ex-conselheiro Wilson Coelho comentou que é muito
110 importante o fortalecimento do conselho, mas que o conselho não é forte para si
111 mesmo, mas para a sociedade se colocar. Disse que se preocupa com essa nova
112 forma de eleição, porque quando o candidato é representante de uma entidade
113 cultural ele se compromete com ela, e deve ser o seu porta voz, mas isso não
114 aconteceria se fosse com um artista isolado. O conselheiro Geovan demonstrou
115 preocupação com essa alteração da forma da eleição, e disse que o Conselho de
116 Recife não nasceu de um dia para o outro e que levou tempo para chegar aonde
117 chegou, contando até mesmo com indicações dos conselhos nacionais, que hoje
118 já não existem mais. Disse que o único conselho que ainda existe é o Conselho
119 Nacional dos Pontos de Cultura, porque é independente e não se deixou levar por
120 influências do Governo Federal. Comentou que sua maior preocupação, com esse
121 tipo de eleição, é com as pessoas que se destacam culturalmente, mas que não
122 tem a responsabilidade dentro dos conselhos, por conta de seus compromissos
123 culturais; e o outro risco são as pessoas que não têm compromisso com a
124 cultura, ocuparem o espaço buscando realizar cultura em benefício próprio, além
125 do que, há a necessidade de aumentar o número das câmaras, afim de não
126 excluir os vários segmentos da cultura do Estado. Prosseguindo com a
127 apresentação, no tópico seguinte, quem pode votar, a Subsecretária Carol Ruas
128 sugeriu que sejam os fazedores da cultura autodeclarados cadastrados em uma
129 base de dados, como o Mapa Cultural, por exemplo, ou todo cidadão residente no
130 Estado. Alguns conselheiros se preocuparam com a questão de qualquer cidadão
131 poder votar, pois acham que corre o risco de entrarem pessoas com interesses
132 próprios. O conselheiro Sebastião Ribeiro declarou não se sentir à vontade para
133 participar dessa discussão, pois esse mandato está no final e só terá mais uma
134 reunião, então acha que isso deve ser decidido pelo mandato que vai entrar. O
135 Subsecretário Pedro Virgolino esclareceu que isso sempre acontecerá, pois quem
136 faz a alteração, estará fazendo para o mandato seguinte, e que se a proposta for
137 boa, acha interessante que seja implementada logo. A subsecretária Carol Ruas
138 disse que a ideia seria que o GT fizesse uma proposta para ser apresentada à
139 plenária já na próxima reunião do CEC, e nas reuniões seguintes a proposta seria
140 aprimorada e finalizada. O Presidente comentou que depois de fechar essa
141 proposta das eleições, o novo mandato poderia discutir as alterações das outras
142 propostas mais gerais, envolvendo os conselhos municipais, o fortalecimento da
143 participação do governo e a mobilização das categorias. O ex-conselheiro Pedro
144 Padilha perguntou como seria feito no caso das regionais, pois pensa ser um
145 prazo muito curto para mudar o processo, e o Presidente informou que
146 continuaria da mesma forma, pois nesse caso teria que fazer alteração da Lei.
147 Então só mudaria para as câmaras temáticas nesse primeiro momento. Pedro
148 Padilha falou da importância de se visitar aos municípios, conversar com os
149 Prefeitos e apresentar propostas de lei. Concluindo, o Presidente falou que a
150 sugestão seria a criação do GT para revisar a Resolução que normatiza as
151 eleições do CEC. Esse GT vai apresentar proposta com normas e critérios,
152 cronograma eleitoral e proposta de Resolução, para depois ser votada em uma
153 reunião plenária. Após manifestações e votação, foi aprovado pela plenária a

Secretaria de Estado da Cultura - SECULT

Conselho Estadual de Cultura - CEC



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
Secretaria da Cultura

Ata da 113ª Reunião Ordinária do Conselho Estadual de Cultura – CEC

154 criação do GT e a prorrogação do mandato do CEC, caso seja necessário. Os
155 integrantes do GT serão: o Subsecretário Pedro Virgolino, a conselheira Luciana
156 Júdice, e o conselheiro Tarcísio Santório. Retornando para a pauta,
157 encaminhamentos para a Revisão do Plano Estadual de Cultura, o Presidente
158 informou que a equipe tem feito movimentos internos e contato com o Instituto
159 Jones dos Santos Neves para analisar e levantar dados sobre os dez anos de
160 editais da cultura, os impactos socioeconômicos dessa política pública da Secult,
161 e do Plano Estadual de Cultura como balizador dessa política. A Subsecretária
162 informou que as equipes estão levantando todas as ações da Secult e cruzando
163 com as estratégias do Plano Estadual de Cultura, e disse que em um estudo
164 prévio, concluiu que as ações da Secult estão sim de acordo com as estratégias
165 traçadas no Plano. Disse ainda que verá a possibilidade de já trazer uma prévia
166 para apresentar na próxima reunião do CEC. O conselheiro Sebastião Ribeiro
167 perguntou se o Governador já falou se vai vincular a receita para financiamento
168 da cultura, pois se o Governador não se comprometer a fazer a vinculação de
169 receita para o Fundo Estadual de Cultura, conforme Indicação aprovada pelo CEC,
170 não fará nada muito diferente do ex-governador, que não se comprometeu com
171 as mudanças de paradigma que todos os que atuam na Cultura Capixaba e em
172 defesa da Cultura Capixaba esperam. Sem esses recursos, por mais criatividade que
173 seja a nova equipe da Secult, os avanços que há tanto tempo aguardamos nas
174 políticas culturais do Estado, não irão acontecer. Propôs que a Secult fizesse um
175 planejamento e convocasse a conferência estadual de cultura para o segundo
176 semestre, e que nessa conferência se discuta a revisão do Plano e formas de
177 fortalecimento do CEC e outros pontos importantes. Colocada em votação, a
178 proposta de que essa revisão seja feita de maneira ampla, com a participação da
179 sociedade, a partir de uma conferência estadual de cultura foi aprovada por
180 unanimidade pelos conselheiros presentes. Passando ao item seguinte da pauta,
181 informações sobre o Teatro Carlos Gomes, foi franqueada a palavra para o
182 Gerente Vinícius Fábio, responsável pela articulação, apoio logístico e
183 manutenção dos espaços culturais da Secult e integração dos espaços municipais
184 e privados. Vinícius informou que o Teatro está fechado e que o motivo principal
185 é a segurança. Disse que o espaço está com vários problemas, no foyer, nos
186 banheiros, no fosso, na rede elétrica e que nos últimos anos foram feitos reparos
187 paliativos, mas que é necessário fazer uma restauração mais ampla. Disse que já
188 foi aberto um processo de contratação de projeto, que já conseguiu alguns
189 orçamentos e que agora será retomado. Independente disso, ele não está
190 abandonado e que tem equipe de vigilantes, limpeza, combate a incêndio, e para-
191 raios. O conselheiro Tarcísio pontuou algumas preocupações com relação aos
192 pianos e equipamentos do Teatro, e Vinícius respondeu que estão atentos e
193 acompanhando toda a movimentação de equipamentos. A conselheira Cristina
194 Bastos perguntou o que está faltando para inaugurar o Museu de Artes do Espírito
195 Santo - MAES, e Vinícius informou que havia sido aberto um processo para
196 readequação de obra civil, que são pequenas coisas que não foram concluídas,
197 mas que o processo já está pronto e só falta o prestador de serviços assinar e
198 começar o serviço. Passando aos assuntos gerais, o conselheiro Sebastião Ribeiro
199 sugeriu pontos de pauta para a próxima reunião do CEC. Solicitou que fosse
200 encaminhado para todos os conselheiros o Plano de Governo que o Governador
201 havia apresentado na Assembleia Legislativa e que fosse convidado o Diretor da
202 RTV para apresentar como está a situação da TVE e ver de que forma o Conselho
203 pode ajudá-lo a resolver as pendências. O conselheiro Geová Silva sugeriu que a
204 Secult desse retorno, na reunião subsequente, do andamento das pautas de cada

Secretaria de Estado da Cultura - SECULT

Conselho Estadual de Cultura - CEC



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
Secretaria da Cultura

Ata da 113ª Reunião Ordinária do Conselho Estadual de Cultura – CEC

205	reunião do CEC. Esgotado o tempo regimental, o Presidente agradeceu a
206	presença e participação de todos e encerrou a reunião, e eu, Maria Angélica Tulli
207	Netto, Secretária Executiva do CEC, lavro a presente Ata, que vai assinada por
208	mim, pelo Presidente e por todos os conselheiros presentes. Vitória, 22 de março
209	de 2019.

01. Fabricio Noronha Fernandes: _____
02. Roberto Rodrigues de Melo: _____
03. Tarcísio Santório: _____
04. Cristina Souza Bastos: _____
05. Viviane Lima Pimentel: _____
06. Igor da Silva Erler: _____
07. Sebastião Ribeiro Filho: _____
08. Iberê Sassi: _____
09. Geová Alves da Silva: _____
10. Geovan João Alves da Silva: _____
11. Hudson Braga: _____
12. Henrique Luiz Custódio: _____
13. Bárbara Carolina Girelli da Silva: _____
14. Dulciele Stein Suela: _____
15. Luciana Marques de Abreu Júdice: _____
16. Giulianna Calmon Faria: _____